

Uma década medíocre

Pesquisa do IBGE mostra que os ricos ficaram mais ricos e os pobres ainda mais pobres

Distribuição perversa (%)

□ A concentração de renda no país aumentou na década de 80. Se em 1981, 1% dos mais ricos (650 mil pessoas) detinham 13% da renda no país, em 1989 este mesmo grupo passou a dominar 17,3% da renda nacional. Mais da metade da renda do país — 53,2% — está concentrada nas mãos de apenas 6 milhões e 500 mil pessoas, que representam os 10% mais ricos.

	1981	1989
Os 10% mais pobres	0,9	0,6
Os 10% mais ricos	46,6	53,2
Os 5% mais ricos	33,4	39,4
Os 1% mais ricos	13,0	17,3

Fonte: IBGE

Salário em baixa (%)

□ Entre 81 e 89, mais pessoas passaram a receber até um salário mínimo. Menos um indicador de melhor distribuição da renda, esse dado revela o aumento da pobreza no país. Nesse período, um contingente expressivo de assalariados migrou das faixas intermediárias de renda para a base da pirâmide salarial.

	1981	1989
Até 1 salário mínimo	23,0	27,2
Mais de 1 a 2	25,8	21,4
Mais de 2 a 5	26,9	25,2
Mais de 5 a 10	8,8	9,3
Mais de 10 a 20	3,3	5,0
Mais de 20	1,8	3,2
Sem rendimento	10,0	8,1
Sem declaração	0,4	0,6

Fonte: IBGE

Carla Rodrigues

A década de 80, que os economistas classificam de perdida, foi radiografada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1989, divulgada ontem pelo IBGE. “Os resultados apontam para um país pouco desenvolvido. Foi uma década medíocre”, resume Eduardo Augusto Guimarães, presidente do IBGE. Embora muitos dos indicadores sociais medidos pela pesquisa registrem avanços em relação ao início da década, o balanço final é desolador: a renda nacional, que já era muito concentrada, sofreu um processo de concentração ainda maior.

Mais da metade da renda do país (53,2%) está nas mãos de apenas 10% da população. Em 1981, este percentual era de 46,6%. Os 5% mais ricos, que em 81 detinham 33,4% da renda, chegaram em 89 dominando 39,4% da riqueza nacional. Em contrapartida, a fatia deste bolo que em 89 cabia aos 10% mais pobres era de apenas 0,6%, contra 0,9% em 1981. “Enriqueceram os ricos”, constata Guimarães.

O índice Gini — a convenção internacional que mede o padrão de concentração de renda, que vai de 0 a 1 — alcançou em 1989 a sua pior marca desde 1976, quando o IBGE começou a fazer a PNAD. Em 1981, este índice era de 0,572, número que salta para 0,618 em 88 e 0,652 em 89. “Com o país entrando num processo de hiperinflação no ano passado, o quadro todo se agravou”, analisa o presidente do IBGE. “A natureza perversa do processo inflacionário é altamente concentradora de renda. Tanto que esta concentração se agrava a partir da segunda metade da década, quando a inflação aumenta”, constata Guimarães.

Maior e mais importante pesquisa anual do IBGE, a PNAD de 1989 revela um país com sérias distorções: em 1981, 13% da renda do país estavam nas mãos de 1% da população, percentual que sobe

final da década com 38,7% da mão-de-obra feminina trabalhando, contra 32,9% em 81. A mão-de-obra feminina, no entanto, ainda recebe por seu trabalho remuneração inferior a dos homens. Mas sua importância cresceu em outras frentes: cabe a 20% das mulheres chefiar famílias, enquanto em 81 apenas 17% das mulheres cumpria este papel.

O Brasil chegou ao final da década de 80 contabilizando 48,6% da sua força de trabalho ganhando até dois salários mínimos e com 27,2% da população ocupada com remuneração de um salário. Em 81, 58% dos empregados tinham carteira assinada, percentual que caiu para 55% no recessivo ano de 1983 e alcançando a marca de 59% no ano passado. É o setor agrícola que registra maior aumento no percentual de trabalhadores que passou a trabalhar com carteira assinada: de 13,3% em 81, este índice sobe para 22%, já tendo baixado a 10% em 83.

As famílias brasileiras diminuíram de tamanho. Se em 81 o número médio de pessoas por família era de 4,3, em 89 o IBGE encontrou famílias menores, com 3,9 membros. “Estamos num momento de transição demográfica. Há uma queda na taxa de natalidade e um reflexo nas novas formas de controle de natalidade”, interpreta o presidente do IBGE. Teve uma queda considerável o percentual de famílias com 7 pessoas ou mais: no ano passado, apenas 9,6% das famílias tinham 7 pessoas ou mais, enquanto em 81 este percentual era de 15,7%. O índice de famílias entre 3 ou 4 pessoas aumentou, neste período, de 38,5% para 42,1%.

Ao longo da década, o número de jovens no Brasil diminuiu e o de idosos aumentou. Em 81, 44,7% da população brasileira tinha até 17 anos, percentual que no ano passado caiu para 41,3%. Os brasileiros com mais de 60 anos representavam, em 89, 7,5% da população, contra 6,4% em 81. A taxa de analfabetismo caiu de 24,9% em 81 para 20,1% em 89. Mas o

Menos analfabetos (%)

□ O Brasil ainda tem 24 milhões de analfabetos. Na década de 80, a taxa de analfabetismo caiu de 24,9% em 81 para 20,1% em 89. A pesquisa revela que o nível de instrução da população melhorou. Enquanto em 81 apenas 18% dos brasileiros tinham mais de 8 anos de estudo, em 89 este percentual subiu para 24%.

	1981	1989
Taxa de analfabetismo	24,9	20,1

Distribuição das pessoas, por ano de estudo

	1981	1989
Sem instrução e menos de um ano	23,1	18,7
de 1 a 3 anos	26,5	23,0
de 4 a 7 anos	32,0	33,9
8 anos ou mais	18,3	24,3

Fonte: IBGE

A década da meia-idade (%)

□ Os números da PNAD são reveladores em relação ao perfil etário da população brasileira. A imagem de um país de jovens começa a ser apagada pela pesquisa. Nesta década aumentou a parcela de idosos sobre o total da população, passando de 6,4%, em 81, para 7,5% em 89, e diminuiu o contingente de menores de 17 anos (41% em 89 contra 45% em 81).

	1981	1989
Homens	49,6	49,1
Mulheres	50,4	50,9
Até 17 anos	44,7	41,3
De 18 a 39 anos	33,4	34,8
De 40 a 59 anos	15,5	16,4

Famílias menores

□ Outro mito que começa a ser desfeito com a PNAD é o de que o Brasil é um país de famílias numerosas. Além de o número médio de pessoas por família ter caído de 4,3 em 81 para 3,9 em 89, nestes 10 anos, a redução da parcela de famílias com mais de 7 membros é substancial: passou de 15,7% em 81 para 9,6% em 89.

Número médio de pessoas por família

	1981	1989
	4,3	3,9

Distribuição das famílias (%)

Entre 1 e 2 pessoas	22,6	25,8
Entre 3 e 4 pessoas	38,5	42,1
Entre 5 e 6 pessoas	23,2	22,5
De 7 pessoas ou mais	15,7	9,6

Distribuição das famílias por sexo do chefe (em %)

Homens	83,1	79,9
Mulheres	16,9	20,1

Fonte: IBGE

de 1% da população que sobe em 1989, quando apenas 650 mil pessoas detinham 17,3% da renda do país. Ainda assim, o rendimento real médio mensal do brasileiro cresceu ao longo destes 10 anos: em 89, a renda média nacional encontrada pela pesquisa foi de NCz\$ 594, contra NCz\$ 442 registrados em 1981, um crescimento de 34,38%. "O aumento da desigualdade não significa que tudo tenha piorado para a base da pirâmide", explica um técnico do IBGE.

Apesar de medíocre, a década de 80 registrou alguns avanços importantes: o saneamento básico nas residências melhorou, as famílias são menos numerosas, a taxa de analfabetismo caiu e o nível de instrução aumentou. "Não é espetacular, mas não tivemos um retrocesso", avalia Eduardo Guimarães. O Brasil de 1989 tem 144 milhões 293 mil 110 habitantes, sendo 74,3% na área urbana e 25,7% na zona rural, menos do que em 81, quando 28,8% moravam no campo. A participação das mulheres na população brasileira aumentou de 50,4% em 81 para 50,9% em 89 — são 2,7 milhões de mulheres a mais do que homens.

São economicamente ativos 62 milhões 513 mil 176 brasileiros, dos quais 1 milhão 891 mil estão desempregados. A participação das mulheres no mercado de trabalho cresceu nestes 10 anos e o Brasil chegou ao

de 24,9% em 81 para 20,1% em 89. Mas o contingente dos que não sabem ler ainda é grande — 24 milhões 368 mil 623 pessoas. O nível de instrução, de maneira geral, aumentou. Se em 81 o país convivia com 23,1% de pessoas de até 10 anos sem instrução ou com menos de um ano de estudo, em 89 este percentual caiu para 18,7%. Também aumentou de 18,3% em 81 para 24,3% em 89 o percentual de brasileiros com 8 anos ou mais de estudo.

As condições de moradia do brasileiro, embora ainda estejam longe de ser as de um país desenvolvido, melhoraram ao longo destes 9 anos. Os três indicadores de saneamento básico pesquisados pelo IBGE — abastecimento de água, coleta de lixo e iluminação elétrica — avançaram. Em 89, o IBGE encontrou 62,9% das residências com coleta de lixo, contra 49,2% em 81. No ano passado, contavam com iluminação elétrica 86,9% das moradias, enquanto em 81 este percentual era de 74,9%. Em 89, 72,7% das casas eram servidas de rede de água, contra 60,1% em 81. "Parte destas melhorias é fruto de investimentos feitos no passado", acredita Guimarães. O tipo de moradia também apresenta melhorias: caiu de 9,9% em 81 para 5,8% em 89 o percentual de domicílios rústicos e aumentou de 7,1% para 9,9% o índice de apartamentos habitados.

De 60 anos ou mais	6,4	7,5
--------------------	-----	-----

Fonte: IBGE

Condições de moradia (%)

□ Os indicadores de saneamento básico mostram que, ao longo dos últimos 10 anos, as condições de moradia melhoraram. Ainda assim, é grande o número de residências que não têm luz elétrica, por exemplo (4 milhões de moradias), e, apesar dos avanços, os indicadores ainda mostram um Brasil muito pobre: dez milhões de residências não têm geladeira e 1 milhão e 400 mil não têm fogão.

	1981	1989
Abastecimento d'água	60,1	72,7
Iluminação elétrica	74,9	86,9
Lixo coletado	49,2	62,9
Filtro	51,7	56,6
Fogão	92,6	95,9
Geladeira	56,6	70,1
Rádio *	—	83,4
Televisão	—	72,6

* O IBGE só começou a pesquisar a existência de rádio e TV nas moradias a partir de 1988

Fonte: IBGE